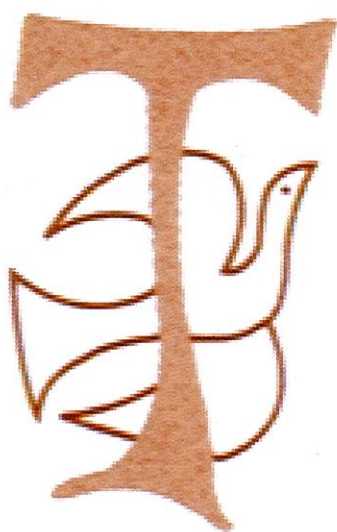


fy.
fj.
\$

Fundação Lar São Francisco



Relatório e Contas do Exercício de 2023

Fundação Lar de S. Francisco
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 501483136

Moeda: (Valores em Euros)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		Moeda: (valores em Euros)	
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ACTIVO			
Ativo não corrente	5	414 933,79	443 144,26
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Bens do património histórico e artístico e cultural	6	0,00	0,00
Ativos intangíveis	17.1	9 992,90	12 828,37
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		424 926,69	455 972,63
Ativo corrente	9	3 577,37	14 374,95
Inventários	17.3	79 856,64	94 227,38
Créditos a receber	17.9	5 707,06	1 534,51
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros	17.5	14 932,92	9 186,56
Diferimentos	17.4	43 387,27	44 636,74
Outros ativos correntes	17.6	181 438,64	97 543,61
Caixa e depósitos bancários		328 899,90	261 503,75
Total do ativo		753 826,59	717 476,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	17.7	50 073,69	50 073,69
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	17.7	156 872,25	252 692,30
Resultados transitados		0,00	0,00
Excedentes de revalorização	17.7	182 014,45	185 038,52
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		388 960,39	487 804,51
		57 699,34	-95 820,05
Resultado líquido do período		446 659,73	391 984,46
Total dos fundos patrimoniais			
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas	8	0,00	11 740,79
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	11 740,79
Passivo corrente	17.8	45 656,71	36 209,00
Fornecedores	17.9	54 878,23	63 154,90
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros	8	12 453,36	12 262,29
Financiamentos obtidos	17.5	26 143,25	0,00
Diferimentos	17.10	168 035,31	202 124,94
Outros passivos correntes		307 166,86	313 751,13
		307 166,86	325 491,92
Total do passivo		753 826,59	717 476,38
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			

A Direção

Maria Gabriela Martins Antunes

CC n.º 44986

Helder Louçã

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	10	1.755.119,84	893.516,59
Subsídios, doações e legados à exploração	12/17.11	65.885,66	890.848,79
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	263.610,29	282.711,29
Fornecimentos e serviços externos	17.12	242.839,60	289.046,80
Gastos com o pessoal	15	1.195.673,26	1.249.260,65
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.13	29.277,94	4.761,22
Outros gastos	17.14	58.605,68	34.117,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		89.554,61	-66.009,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-30.961,67	-29.728,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		58.592,94	-95.738,05
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	13,22	9,24
Juros e gastos similares suportados	17.15	906,82	91,24
Resultados antes de impostos		57.699,34	-95.820,05
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		57.699,34	-95.820,05

A Direção

CC n.º 44986

Handwritten signature: Maria Gabriela Martins Antunes
 Maria Gabriela Martins Antunes

Handwritten signature: Helder Gonçalves
 Helder Gonçalves

Entidade: Fundação Lar São Francisco
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades Operacionais método directo			
- Recebimentos de clientes e utentes		1 763 898,06 €	884 794,75 €
- Pagamentos de subsídios			
- Pagamentos de apoios			
- Pagamentos de bolsas		- 510 796,41 €	- 495 440,36 €
- Pagamentos a fornecedores		- 1 221 771,74 €	- 1 191 868,58 €
- Pagamentos ao pessoal		31 329,91 €	- 802 514,19 €
Caixa gerada pelas operações ...			
- Pagam./recebim. do imposto s/ rendimento		61 361,11 €	807 657,32 €
- Outros recebimentos/pagamentos		92 691,02 €	5 143,13 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
- Ativos fixos tangíveis		- 2 751,20 €	- 78 832,06 €
- Ativos intangíveis		- 929,05 €	- 3 160,71 €
- Investimentos financeiros			
- Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
- Ativos fixos tangíveis		3 500,00 €	
- Ativos intangíveis		3 827,58 €	
- Investimentos financeiros			
- Outros ativos			16 934,81 €
- Subsídios ao investimento		13,22 €	
- Juros e rendimentos similares			
- Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		3 660,55 €	- 65 057,96 €
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
- Financiamentos obtidos			25 000,00 €
- Realizações capital e de outros instrumentos capital próprio			
- Cobertura de prejuízos			
- Doações			9,24 €
- Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
- Financiamentos obtidos		- 11 549,72 €	- 996,92 €
- Juros e gastos similares		- 906,82 €	- 91,24 €
- Dividendos			
- Reduções de capital e de outros instrumentos capital próprio			
- Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		- 12 456,54 €	23 921,08 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		83 895,03 €	- 35 993,75 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.6	97 543,61 €	133 537,36 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.6	181 438,64 €	97 543,61 €

[Assinatura]
 A Direcção
 Maria Gabriela Martins Antunes

[Assinatura]
 CC n.º 44986

fig

Fundação Lar de S. Francisco

Anexo

28 de fevereiro de 2024

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	17
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	18
6	Ativos Intangíveis	19
7	Locações	21
8	Custos de Empréstimos Obtidos	21
9	Inventários	21
10	Rédito	22
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	22
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	23
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	24
14	Imposto sobre o Rendimento	24
15	Benefícios dos empregados	24
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	24
17	Outras Informações.....	25
17.1	Investimentos Financeiros	25
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	25
17.3	Clientes e Utentes	26
17.4	Outros Ativos Correntes.....	27
17.5	Diferimentos	27
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	28
17.7	Fundos Patrimoniais.....	28
17.8	Fornecedores	28
17.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	29
17.10	Outros Passivos Correntes	29
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração	29
17.12	Fornecimentos e serviços externos.....	30
17.13	Outros rendimentos.....	30
17.14	Outros gastos	30

17.15 Resultados Financeiros.....	31
17.16 Acontecimentos após data de Balanço.....	31

Handwritten signature in blue ink.

1 Identificação da Entidade

A “Fundação Lar de S. Francisco” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” e em 29 de julho de 1985 procedeu ao registo da instituição no livro 2 das Fundações de Solidariedade Social nas folhas 180 e verso sob o número 75/85, em conformidade com o disposto no n.º 9 do Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social do âmbito da Segurança Social, aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho. Tem a sua sede na Rua D. Edviges Costa, 14, Varatojo.

A Fundação tem como objetivo dar assistência material, moral e religiosa a pessoas idosas e inválidas de ambos os sexos, quer sejam irmãos da Ordem Francisca Secular da Fraternidade local, quer outras pessoas, em especial pessoas sem família, e o seu âmbito de ação abrange toda a região Oeste onde vivem irmãos da Fraternidade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve



manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	5-20
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	4-8
Equipamento biológico	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros Ativos fixos tangíveis	1-4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem ao qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.



3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

A
cf
p

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

h
19.8
p

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos

antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;



c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Entidade não possui Bens do património histórico, artístico e cultural.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2022					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	44.393,01					44.393,01
Edifícios e outras construções	718.498,13	27.218,39				745.716,52
Equipamento básico	390.599,02	13.314,11				403.913,13
Equipamento de transporte	69.272,19	48.477,57				117.749,76
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	69.773,31					69.773,31
Outros Ativos fixos tangíveis	39.235,63	3.921,91				43.157,54
Total	1.331.771,29	92.931,98	0,00	0,00	0,00	1.424.703,27
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	438.729,84	12.287,56				451.017,40
Equipamento básico	345.496,00	12.503,48				357.999,48
Equipamento de transporte	69.272,19	2.524,88				71.797,07
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	67.836,53	815,74				68.652,27
Outros Ativos fixos tangíveis	30.496,27	1.596,52				32.092,79
Total	951.830,83	29.728,18	0,00	0,00	0,00	981.559,01

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	44.393,01					44.393,01
Edifícios e outras construções	745.716,52					745.716,52
Equipamento básico	403.913,13	2.047,64				405.960,77
Equipamento de transporte	117.749,76		23.952,19			93.797,57
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	69.773,31					69.773,31
Outros Ativos fixos tangíveis	43.157,54	703,56				43.861,10
Total	1.424.703,27	2.751,20	23.952,19	0,00	0,00	1.403.502,28
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	451.017,40	9.281,08				460.298,48
Equipamento básico	357.999,48	12.042,90				370.042,38
Equipamento de transporte	71.797,07	6.059,70	23.952,19			53.904,58
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	68.652,27	709,57				69.361,84
Outros Ativos fixos tangíveis	32.092,79	2.868,42				34.961,21
Total	981.559,01	30.961,67	23.952,19	0,00	0,00	988.568,49

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2022 e 2023, foram os seguintes:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2022					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	33.590,41					33.590,41
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	33.590,41	0,00	0,00	0,00	0,00	33.590,41
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	33.590,41					33.590,41
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	33.590,41	0,00	0,00	0,00	0,00	33.590,41

	2023					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	33.590,41					33.590,41
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	33.590,41	0,00	0,00	0,00	0,00	33.590,41
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	33.590,41					33.590,41
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	33.590,41	0,00	0,00	0,00	0,00	33.590,41

10 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	48.948,18	47.786,66
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores - Utentes	752.677,79	681.774,22
Acordos Cooperação - CRSS	784.362,69	0,00
Comparticipação Familiar	169.131,18	163.955,71
Total	1.755.119,84	893.516,59

De acordo com a instrução da Comissão de Normalização Contabilística, no ano de 2023 os pagamentos da comparticipação mensal por parte do Estado para as respostas sociais que estão dependentes da variação de frequências dos utentes, e esta for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviço, as quais foram registadas em subcontas apropriadas por respetiva valência:

Descrição	Creche	Pré-Escolar	Lar	Lar Atípico	SAD	Totais
Subsídio-ISS, IP	102.649,94	102.621,76	285.957,07	186.218,48	68.891,64	746.338,89
Rendimentos Diferidos 2023 (recebidos em 2022)	0,00	0,00	19.996,20	13.330,80	4.696,80	38.023,80
Totais	102.649,94	102.621,76	305.953,27	199.549,28	73.588,44	784.362,69

Os rendimentos diferidos relativos a 2023, que foram recebidos em 2022, foram considerados rendimentos no ano de 2022, porque à data de encerramento das contas, ainda não tínhamos conhecimento do valor a diferir. No ano de 2023, procedemos ao registo contabilístico nas contas de prestações de serviços, por contrapartida da conta de outros gastos – Correções relativas a períodos anteriores – ISS, IP – Centro Distrital pelo valor de 38.023,80€, pelo que estes registos não afetam os resultados do ano de 2023.

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2022 e 2023, não existiram provisões.

Passivos / Ativos contingentes

Nos períodos de 2022 e 2023, não existiram passivos nem ativos contingentes.

7 Locações

A Entidade não possui ativos adquiridos com recurso a locações financeiras.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	11.748,41	0,00	11.748,41	12.262,29	11.740,79	24.003,08
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	704,95	0,00	704,95	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	12.453,36	0,00	12.453,36	12.262,29	11.740,79	24.003,08

O Empréstimo bancário foi efetuado para financiar parte da viatura AS-92-ZH.

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	19.478,73	224.824,57	52.782,91	14.374,95	227.758,51	25.054,20	3.577,37
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	19.478,73	224.824,57	52.782,94	14.374,95	227.758,51	25.054,20	3.577,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				282.711,29			263.610,29
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo		
Subsídios do ISS, IP – Centro Distrital	11.140,68	800.942,74
Autarquias	0,00	0,00
I.E.F.P.	17.773,24	20.463,55
I.A.P.M.E.I. – Compensação Aumento RMMG	0,00	3.640,00
Apoios do Governo		
Total	28.913,92	825.046,29

De acordo com a instrução da Comissão de Normalização Contabilística, no ano de 2023 os pagamentos da comparticipação mensal por parte do Estado para as respostas sociais que estão dependentes da variação de frequências dos utentes, e esta for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (conta 72), pelo que a informação desta natureza está divulgada na nota 10 – Rédito.

Assim, as comparticipações mensais que se encontram registadas na conta subsídios do ISS, IP – Centro distrital, dizem respeito a acordos atípicos, nomeadamente a compensação financeira do diferencial remuneratório das educadoras da valência Pré-Escolar referente ao ano de 2023, que irá ser recebida entre janeiro e dezembro de 2024, encontrando-se registada na conta 27215 - Devedores por acréscimos de rendimentos.

Os subsídios do IEFP, dizem respeito estágios profissionais ativar.pt, medida contrato emprego-inserção, MAREES e medida apoio mercado aberto.

O valor recebido durante o ano de 2023 relativo às comparticipações da segurança social relativos aos acordos de cooperação e compensação financeira do diferencial remuneratório das educadoras da valência Pré-Escolar, foi de $773.519,22€ = 11.140,68€ + 102.649,94€ + 102.621,76€ + 305.953,27€ + 199.549,28€ + 73.588,44€ + 623,42€ + 607,60€ + 14.700,94€ + 1.508,99€ + 8.197,20€ + 5.464,80€ + 1.428,00€ - 43.374,42€ - 11.140,68€$, ou seja, saldo da conta 7511622 + 7211121 + 7211221 + 72141121 + 72141221 + 7214321 + valor recebido em 2023 (crédito conta 27213) + valor recebido em 2023 (crédito conta 27214) + (valor a crédito

do ano da conta 27215) + saldo da conta 78812 + (crédito conta 2821411) + (crédito conta 2821412) + (crédito conta 282143) – saldo da conta 68812 – valor a receber em 2024 (débito do ano da conta 27215).

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Durante o exercício de 2022 e 2023 não foram registados quaisquer efeitos de alterações em taxas de câmbio.

14 Imposto sobre o Rendimento

Durante o exercício de 2022 e 2023, não houve apuramento de qualquer imposto de IRC a pagar.

15 Benefícios dos empregados

Não existem membros remunerados nos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2023.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 72 e em 31/12/2023 foi de 73.

Durante o período de 2023, tivemos em média 4 funcionários cedidos por medidas do I.E.F.P., nomeadamente estágios profissionais, medida contrato emprego-inserção e apoio mercado aberto.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	955.707,62	993.284,48
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	3.847,82	18.602,40
Encargos sobre as Remunerações	212.086,25	214.714,08
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	23.908,97	19.428,95
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	122,60	3.230,74
Total	1.195.673,26	1.249.260,65

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	250,00	250,00
Outros investimentos financeiros	9.742,90	12.578,37
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	9.992,90	12.828,37

Os outros investimentos financeiros dizem respeito aos fundos de compensação dos trabalhadores.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2023 e 2022, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	2.733,12
Utentes	32.237,88	13.068,17
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	47.618,76	78.426,09
Total	79.856,64	94.227,38

Nos períodos de 2023 e 2022 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2023	2022
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	22.981,70	26.468,73
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	20.405,57	18.168,01
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	43.387,27	44.636,74

A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos diz respeito a valores a receber relativos à Segurança Social, nomeadamente complemento para vagas reservadas à segurança social, complemento para lares de idosos e comparticipação financeira referente ao diferencial remuneratório das educadoras.

A rubrica outros devedores diz respeito ao valor de 6.825,29 euros que se encontra por receber do I.E.F.P. relativo aos dois estágios profissionais, ao valor de 7.257,77 euros da Segurança Social relacionada com a atribuição do subsidio para a aquisição da viatura AS-92-ZH, o remanescente está relacionado com dividas de vários devedores.

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Rendas	421,82	696,06
Seguros	8.737,04	8.490,50
Outras despesas custo diferido	5.774,06	0,00
Total	14.932,92	9.186,56
Rendimentos a Reconhecer		
Acordos Cooperação - CRSS	15.090,00	0,00
Subsídios à Exploração – Medida Estágio Ativar.PT	11.053,25	0,00
Total	26.143,25	0,00

No exercício de 2023 os acordos de cooperação recebidos no valor de 15.090 euros dizem respeito ao exercício de 2024, por conseguinte foram registados na conta rendimentos a reconhecer a saber:

- Valência Lar o valor de 8.197,20 euros.
- Valência lar Atípico o valor de 5.464,80 euros.
- Valência S.A.D. o valor de 1.428,00 euros.

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	10.392,63	5.439,34
Depósitos à ordem	131.046,01	52.104,27
Depósitos a prazo	40.000,00	40.000,00
Outros		
Total	181.438,64	97.543,61

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	50.073,69	0,00	0,00	50.073,69
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	252.692,30	0,00	95.820,05	156.872,25
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	185.038,52	0,00	3.024,07	182.014,45
Total	487.804,51	0,00	98.844,12	388.960,39

A diminuição no valor de 3.024,27€ na rubrica outras variações nos fundos patrimoniais no período de 2023 está relacionada com a imputação do subsídio para o investimento referente a viatura AS-92-ZH.

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	45.656,71	36.209,00
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	45.656,71	36.209,00

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.707,06	1.534,51
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5.707,06	1.534,51
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8.319,57	14.960,50
Segurança Social	46.558,66	47.857,41
Outros Impostos e Taxas	0,00	336,99
Total	54.878,23	63.154,90

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		1.520,35		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		79,64		0,49
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		158.679,53		190.875,20
Outros credores		7.415,72		11.249,25
Clientes e Utentes		340,07		0,00
Total	0,00	168.035,31	0,00	202.124,94

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	11.140,68	800.942,74
Subsídios de outras entidades	17.773,24	24.103,55
Doações e heranças	36.971,74	65.802,50
Legados	0,00	0,00
Total	65.885,66	890.848,79

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	82.246,51	107.223,35
Materiais	10.989,91	18.459,70
Energia e fluidos	77.532,59	82.706,29
Deslocações, estadas e transportes	2.648,15	2.246,65
Serviços diversos	69.422,44	78.410,81
Total	242.839,60	289.046,80

17.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	3.268,26	701,71
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	63,06	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	4.424,10	0,00
Outros rendimentos	21.522,52	4.059,51
Total	29.277,94	4.761,22

Na rubrica outros rendimentos, no ano de 2023, está registado a imputação de subsídios para o investimento, PRR-RE-C03-i01-000986, relativa à aquisição da viatura matrícula AS-92-ZH no valor de 3.024,07€.

Nesta rubrica também estão registados os benefícios de penalidades contratuais (aviso prévio não cumprido por parte dos funcionários) no valor de 7.464,31€.

17.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	175,02	1.438,63
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	807,33	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	57.623,33	32.679,10
Total	58.605,68	34.117,73

Na rubrica outros gastos, no período de 2022, estão registados os subsídios devolvidos ao ISS – Centro Distrital, relativos ao ano anterior, no valor de 12.736,58€, bem como os retroativos referente ao período de 01 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2021 a pagar em 2023 referente às educadoras do centro infantil no valor de 10.368,60€.

Na rubrica outros gastos, no período de 2023, estão registados:

- Os subsídios devolvidos ao ISS – Centro Distrital, relativos ao ano anterior, no valor de 1.320,92€;
- As importâncias recebidas em 2022, com referência a 2023, referente aos compromissos de cooperação com a segurança social, pelo valor global de 38.023,80€, dos quais valência Lar 19.996,20€, valência Lar Atípico 13.330,80 e valência SAD 4.696,80;
- Os retroativos referente a férias não gozadas do ano de 2019 e 2020 da funcionária Maria Fátima Inácio A. Antunes, o excesso de estimativa referente à compensação salarial das Educadoras do centro infantil de 2022 e a regularização do saldo da entidade Voltagequation Unipessoal, Lda.

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	850,77	91,24
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	56,05	0,00
Total	906,82	91,24
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	13,22	9,24
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	13,22	9,24
Resultados Financeiros	-893,60	-82,00

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela assembleia geral de 11 de março de 2023.

Varatojo, 28 de fevereiro de 2024

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 44986

Maria Gabriela Martins Antunes
 Maria Gabriela Martins Antunes

Helder Louçã
 Helder Louçã



MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)

ANEXO ORÇAMENTÁRIO

CG

Conta de Gestão das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ANO 2023 (1)

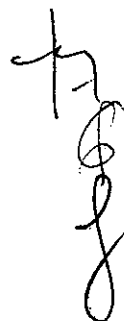
NISS 20010154919

NIPC 501483136

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO	VALOR TOTAL	TAXA	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS				SALDO	MOVIMENTOS NO ANO				SALDO
		UTILIZAÇÃO	POR ENTIDADE E	DE	1º AO 3º	4º E 5º	6º	7º AO 50º	VALOR LIQ.	A débito	Outros débi	A crédito	Outros crédito	VALOR LIQ.
		INVEST.º	EMPREEND.º	AMORTIZ.	ANO (5)	ANO (6)	ANO (7)	ANO (8)	ANO N-1 (9)	Para a 7883 (10)	Outros débi (11)	Outros crédito (12)	Outros crédito (13)	ANO N (14)
593	59311													
	SUBSÍDIOS													
	PRR-RE-C03-101-000986 Viatura AS-92-ZH	2022	24 192,58		3 024,07				22 932,45	3 024,07				19 908,38
														0,00
	TOTAL SUBS.		24 192,58		3 024,07	0,00	0,00	0,00	22 932,45	3 024,07				0,00
	...													
4	INVESTIMENTO													
43341	Equip. Transporte - Viatura AS-92-ZH	2022	48 477,57	12,5%	6 059,70				45 952,69					39 892,99
	...													
	TOTAL DO INVESTIM.		48 477,57		6 059,70	0,00	0,00	0,00	45 952,69					39 892,99

e+f+g=<h+i+j+l

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados. Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento). As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas.



Relatório de Gestão

EXERCÍCIO DE 2023

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da **FUNDAÇÃO LAR S. FRANCISCO**, submetemos à apreciação dos associados, o presente **RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS** referente ao ano de **2023**.

De referir que o presente relatório diz respeito ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2023.

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA FUNDAÇÃO

Tendo em consideração as atividades da IPSS, a Fundação registou no ano de 2023 um lucro contabilístico no valor de 57.699,34€, no entanto a instituição gerou um Cash-Flow positivo no valor de 85.636,94€.

Para este resultado positivo contribuíram nomeadamente:

- A aceitação e compreensão dos recursos humanos no refazer das escalas laborais, mantendo o disposto legal;
- Alteração dos métodos de manejo de forma a poupar nos desperdícios;
- Prospeção de mercado e como é apanágio desta instituição mantendo a qualidade da oferta aos utentes, foi possível adquirir bens e serviços ao melhor preço;
- Maior eficiência na aquisição de bens e serviços.

Esta foi a única forma possível de libertar meios financeiros para fazer face aos investimentos prementes que os organismos públicos exigem.

Também só assim foi possível em tempo cumprir com as responsabilidades de curto prazo, nomeadamente o pagamento dos retroativos de 2022 e 2023 e liquidar dentro dos prazos legais os subsídios de férias e natal, como é de

obrigação da instituição e de direito dos funcionários, de forma a não entrar em incumprimento conforme acontece à maioria das instituições.

ANALISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

As vendas e prestações de serviços recebidos pelos utentes neste exercício económico ascenderam a 970.757,15€, registando um aumento de 8,6% relativamente ao ano anterior, as prestações de serviços recebidas pela segurança social relativamente aos acordos típicos e os subsídios e doações e legados à exploração ascenderam a 850.248,35€, registando uma diminuição de 4,6% relativamente ao ano anterior.

Os custos operacionais passaram de 1.884.864,65€ em 2022, para 1.791.690,50€ em 2023, registando assim uma diminuição de 4,9%.

Dos custos operacionais destacamos os mais relevantes nomeadamente:

- Trabalhos especializados no valor de 23.974,44€;
- Honorários no valor de 44.697,00€;
- Conservação e reparação no valor de 12.714,74€;
- Materias no valor de 10.989,91€;
- Energia e fluidos no valor de 77.532,59€;
- Limpeza higiene e conforto no valor de 46.475,94€;
- Gastos com o pessoal no valor de 1.195.673,26€.
- Depreciações do exercício no valor de 30.961,67€
- Outros gastos no valor de 58.605,68€

Os proveitos financeiros fixaram-se em 13,22€, os gastos de financiamento foram de 906,82€, registando assim um resultado financeiro negativo de 893,60€.



A Fundação em 31 de Dezembro detém em seu poder os seguintes ativos (bens e direitos):

- Ativos fixos tangíveis no valor de 414.933,79€
- Investimentos financeiros no valor de 9.992,90€
- Inventários no valor de 3.577,37€
- Créditos a receber de utentes no valor de 79.856,64€
- Estado e Outros entes Públicos no valor de 5.707,06€
- Diferimentos no valor de 14.932,92€
- Outros ativos correntes no valor de 43.387,27€
- Dinheiro em cofre e bancos no valor de 181.438,64€

A Fundação em 31 de Dezembro detém as seguintes obrigações:

- Fornecedores no valor de 45.656,71€
- Estado e Outros entes Públicos no valor de 54.878,23€
- Financiamentos Obtidos no valor de 12.453,36€
- Diferimentos no valor de 26.143,25€
- Outros passivos correntes no valor de 168.035,31€ (férias dos empregados referentes ao ano de 2023 a gozar em 2024 no valor de 153.318,18€)

INVESTIMENTOS

O investimento direto em ativos fixos tangíveis atingiu em 2023 o montante de 2.751,20€, nomeadamente:

- *Esquentador Vulcano 17 Lt Ventilado* – Valor de aquisição: 703,56€
- *Cadeira elevatória de escada* – Valor de aquisição 2.047,64€

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício e até à presente data, não existiram factos relevantes.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

A Direção considera que a evolução da atividade poderá melhorar, se conseguirmos completar sempre todas as vagas relativas aos acordos com a segurança social e conjuntamente manter o controlo dos custos de exploração (generos alimentares, fornecimento e serviços externos e gastos com o pessoal).

É previsível a curto prazo alguma melhoria das comparticipações da segurança social, para fazer face aos encargos suportados pela Instituição relacionados com a inflação dos produtos, custos energéticos e aumento do salário mínimo nacional e atualizações nas demais categorias profissionais.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS:

A Direção propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2023, no valor de 57.699,34€, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados 57.699,34€

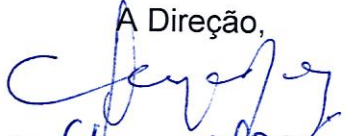
NOTA FINAL

A todos os trabalhadores e voluntários que contribuíram para o desempenho da associação, com o seu profissionalismo e dedicação, a Direção expressa o seu agradecimento.

FUNDAÇÃO LAR S. FRANCISCO

Às Empresas e Entidades que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Instituição.

Varatojo, 7 de março de 2024

A Direção,

Maria Gabriela Martins Fontunes
Maria Gabriela Martins Fontunes

**PARECER DO CONSELHO
FISCAL**

DA

**FUNDAÇÃO
LAR
SÃO FRANCISCO**

EXERCICIO DE 2023

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores associados,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos apresentar a V. Exas. o parecer sobre o Relatório de Gestão da “**Fundação Lar São Francisco**” subscrito pela direção e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço Analítico, a Demonstração de Resultados Líquidos, o correspondente Anexo e a Demonstração de origem e aplicações de fundos, referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2023.

Acompanhámos ao longo do exercício a atividade da Instituição com a regularidade considerada necessária e obtivemos as informações indispensáveis ao desempenho das nossas funções.

O relatório apresentado pela direção, bem como o Balanço e a Demonstração de Resultados, que foram objeto de verificação quanto à forma e conteúdo, mostram com clareza a situação financeira da Fundação e, a sua evolução no exercício de 2023, apresentando no Balanço um Ativo de 753.826,59 €, um Passivo de 307.166,86 € e Fundos Patrimoniais de 446.659,73 €, na Demonstração de Resultados são apresentados Gastos de 1.792.597,32 € e Rendimentos de 1.850.296,66 €, originando um resultado positivo de 57.699,34 €.

O relatório apresentado pela direção caracteriza a atividade desenvolvida e perspetiva a evolução previsível da Instituição.

Tendo em consideração a Certificação Legal de Contas e as considerações atrás expostas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pela direção.

- b) Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado apresentada pela direção.

Por último, pretendemos expressar à direção o reconhecimento pela disponibilidade e colaboração manifestadas.

Varatojo, 05 de março de 2024

Presidente do Conselho Fiscal



Tiago Santos
Fátima Isabel Reis Cruz Soares